

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 20

(Sem revisão final)

21 de fevereiro de 2019

(17 h 11 m – 19 h 34 m)

Ordem do dia:

Audição do Major General Manuel Lopes Nunes dos Reis

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Joana Barata Lopes (PSD)

Diogo Leão (PS)

Berta Cabral (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Está aberta a reunião.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com mais uma audição no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Hoje temos connosco o Sr. Major General Manuel Lopes Nunes dos Reis, a quem agradeço, em nome da Comissão, a disponibilidade para estar nesta audição. O Sr. General informou-me que, antes de se iniciarem as inquirições dos diversos grupos parlamentares, faria uma brevíssima intervenção.

Como sabem, na sequência do que ficou regimentalmente acordado, hoje incumbirá ao Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do BE, iniciar a inquirição. Porém, antes de lhe dar a palavra, dá-la-ei ao Sr. Major General, renovando os meus agradecimentos.

Faça favor, Sr. General.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis** (Inspetor-Geral do Exército): — Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Excelências, aproveito esta oportunidade para apresentar os meus cumprimentos e expressar ainda toda a minha disponibilidade para procurar esclarecer, na medida dos meus conhecimentos, as questões que me colocarem.

Da leitura do Ofício n.º 8 da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar

Ocorrido em Tancos, de 8 de fevereiro de 2019, constata-se que sou convocado a esta Comissão como Inspetor-Geral do Exército.

Gostaria de precisar que, neste momento, desempenho funções na Direção de Formação do Comando de Pessoal, desde 4 de dezembro de 2017. Contudo, importa referir que, de facto, exerci funções de Inspetor-Geral do Exército de 29 de abril de 2016 a 3 de dezembro de 2017, período no qual ocorreram os acontecimentos agora em análise.

A finalizar, aprez-me reiterar toda a minha disponibilidade para com esta Comissão e V. Ex.^{as}.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Dou, então a palavra, nos termos que há pouco referi, ao Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do BE, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do BE, quero cumprimentar o Sr. Major General Manuel Lopes Nunes dos Reis.

Esta audição está no seguimento de muitas outras que esta Comissão de Inquérito tem feito. Não foi o BE que requereu audição do Sr. General, mas os grupos parlamentares fazem requerimentos que depois são assumidos por toda a Comissão e aqui estamos para apurar as consequências e responsabilidades políticas dos acontecimentos que ocorreram em Tancos.

O Sr. General já disse que na altura dos acontecimentos era Inspetor-Geral do Exército. Portanto, segundo tomei nota, foi-o de 29 de abril de 2016 a 3 de dezembro de 2017. Foi isso que o Sr. General disse?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — De 29 de abril de 2016 a 3 de dezembro de 2017.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando se deu o assalto, o Sr. General, de facto, era inspetor. Como é que soube do assalto, dos acontecimentos?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Soube na manhã do dia 29, no Dia dos Comandos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que o Exército e neste caso também as Forças Armadas, com estes acontecimentos, foram atingidos na sua credibilidade? Alguma vez esteve em causa a segurança do País?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Que, de certo modo, afetou o prestígio que tínhamos, como Exército e Forças Armadas, seguramente, porque um ato desta natureza não é um ato ligeiro.

Quanto à credibilidade, nos teatros temos provado se somos credíveis ou não.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No âmbito desses acontecimentos, foram exonerados pelo anterior Chefe de Estado-Maior do Exército cinco comandantes. Considerou que esta foi uma decisão acertada? Teve conhecimento ou chegaram-lhe manifestações de descontentamento, de injustiça ou de mal-estar no seio do Exército, fruto das decisões do Sr. General Rovisco Duarte?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Uma decisão de comando é sempre solitária, mesmo que bem apoiada pelo seu Estado-Maior. As responsabilidades da decisão cabem ao chefe, seja qual for a circunstância. Coisa diferente é se a pessoa que, neste caso, foi exonerada

sente no seu íntimo que foi cometido algum erro de avaliação. Mas este é um aspeto em que, em termos de hierarquia e cumprimento das ordens, os estados de alma não podem passar. O chefe decidiu, a missão é para cumprir.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Um comandante, um general, que também aqui esteve, disse o seguinte: «a gestão político-militar subsequente a Tancos foi desastrosa.»

O Sr. General concorda com esta afirmação?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — A minha especialidade não é análise política. Cabe a outras entidades fazerem essa avaliação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que, a haver responsáveis, e com certeza que os há, as responsabilidades são exclusivamente militares ou políticas ou têm as duas vertentes, militares e políticas?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Relativamente às responsabilidades pelo ato em si, penso que ainda não foi descoberto ou comunicado quem serão efetivamente os responsáveis, nem sequer foram a julgamento.

Portanto, sob esse prisma não posso dizer quem são os responsáveis.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já tivemos aqui alguns Srs. Oficiais que referiram que as responsabilidades, além de militares, também eram políticas. Mas, claro, isso depende das considerações e das análises de cada um. Muito obrigado pela resposta.

Quanto ao reaparecimento das armas na Chamusca, considera que isso foi um ato de encenação ou foi um ato normal de reaparecimento das armas, nessa altura?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Quando tive conhecimento do reaparecimento das armas fiquei espantado mas contente. Foi retirado de um circuito, que não sabíamos qual era, material que, se mal empregue, poderia causar danos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também veio a público que teria havido uma espécie de competição de polícias, nomeadamente entre a Polícia Judiciária Militar (PJM) e a Polícia Judiciária (PJ).

O Sr. General tem o mesmo entendimento daquilo que veio a público sobre isto?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Relativamente às polícias e outros órgãos de segurança, só posso falar daquilo com que tenho contacto direto.

Na cidade onde estou colocado, as relações são excelentes. Temos iniciativas e comandantes da Polícia, da GNR, da Polícia Judiciária assistem aos eventos, somos convidados, temos uma ótima relação. Quando precisamos de ajuda, nomeadamente da PSP ou da Guarda, que é com quem trabalhamos normalmente, ela nunca faltou. Estiveram sempre prontos, cumpriram sempre muito bem. Se há alguma ilegalidade não é, seguramente, pelo menos entre aqueles que conheço. Pode haver...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No seu entendimento, justifica-se a existência da Polícia Judiciária Militar, considerando que temos a Polícia Judiciária?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — No meu entendimento, a Polícia Judiciária Militar faz falta.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também de acordo com o que aqui foram dizendo os comandantes e de acordo com documentação que esta Comissão foi recebendo, chegou-se à conclusão que as rondas aos Paióis Nacionais de Tancos eram feitas por oito militares.

Quando o Sr. General assumiu as funções de Inspetor, era assim que se fazia? Eram oito militares, provenientes de quatro Unidades militares, que rodavam, que faziam segurança aos Paióis Nacionais de Tancos? Confirma que era assim?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Dos relatórios que tive a oportunidade de ler — só posso dizer o que está lá escrito —, eram efetivamente nomeados, escalados, todos os dias, oito militares: um sargento, um cabo e seis praças.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera normal haver entre as rondas um espaço de 20 horas?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E, no seu entendimento, qual teria sido a razão para o facto de, pelo menos uma vez, segundo se concluiu do que foi dito, ter havido uma distância tão grande em termos temporais, de 20 horas, entre uma ronda e outra? O que é que terá acontecido, no entendimento do Sr. General?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não gostaria de elaborar sobre factos que desconheço, mas 20 horas é muito tempo para quem tem de fazer uma guarda de 24, com rondas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Chegou-se também à conclusão de que todo o sistema de segurança dos paióis, o sistema de videovigilância, os sensores, o sistema de para-raios, o sistema de comunicações, tinha várias lacunas, várias deficiências. Mas houve um comandante que, não obstante o sistema de videovigilância estar inoperacional, obsoleto, mandava os militares que estavam de serviço colocarem uma cassette de videovigilância. O Sr. General considera que isto é aceitável, que é normal? Por que razão é que se colocava essa cassette, sabendo-se que o sistema não funcionava?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não estou na cabeça de quem, sabendo que a cassette não funcionava, a colocava. Pode haver uma série de razões e as pessoas que o faziam é que as poderão explicar.

No mínimo, penso eu, poderia haver a iniciativa de relatar, no relatório, que efetivamente o sistema não funcionava e retirar a cassette era um item que deveria ser retirado das NEP (Normas de Execução Militar) que estavam em vigor, por exemplo. Ou, então, sugerir mesmo a alteração das NEP onde essa parte estava incluída.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, conclui-se que os militares cumpriam integralmente tudo aquilo que estava plasmado nas NEP, mesmo sabendo-se que o sistema não funcionava, que estava obsoleto? Faziam isso diariamente e não questionavam os superiores pelo facto de o sistema não funcionar, tendo em conta que, enfim, aquilo não resultaria, não daria em

nada? Se o sistema estava inoperacional, naturalmente, a cassete não funcionava.

Não há alterações relativamente a essas matérias que possam traduzir um sistema mais adequado, mais rigoroso, tendo em conta o que existia no momento concreto dessas situações?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O Sr. Deputado é que retirou essa conclusão, porque com rondas com espaços de 20 horas — se for verdade — significa que não se cumpriu tudo o que estava nas NEP.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, como disse, o sistema estava inoperacional, obsoleto, desde há longa data, desde 2006, 2007, 2012, 2013.

O Sr. General, quando assumiu as funções de inspeção, tomou conhecimento de todas estas lacunas e deficiências existentes nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, gostaria de esclarecer mais alguns pormenores relativamente a como funcionava e o que se passou com a Inspeção-Geral do Exército para dar uma resposta esclarecedora

Ainda antes de eu tomar posse, numas contas que se fizeram, calculava-se que, em termos do quadro orgânico do pessoal, deveríamos ter 132 quadros, podendo dar origem a 76 inspeções gerais ordinárias, 56 inspeções operacionais e, depois, um número indeterminado de inspeções técnicas, além de inspeções de processos, programas e sistemas (IPPS).

Isto quer dizer que, com a reestruturação de 2015, salvo erro, as competências que existiam a nível de fiscalização, de controlo dos diversos OCAD (órgão central de administração e direção), dos diversos comandos

funcionais, a saber, o Comando da Logística, o Comando das Forças Terrestres e o Comando do Pessoal, passaram a ser todos da competência da Inspeção-Geral do Exército.

Portanto, a manter-se o ritmo que estava anteriormente — antes não se justificava um número tão elevado de inspeções por parte da Inspeção-Geral do Exército, porque todos os outros ramos, todos os outros OCAD faziam inspeções —, teríamos qualquer coisa como sete anos para dar uma volta completa.

Foi decidido encerrar o processo, e quem decidiu e impulsionou essa fase foi o Sr. General Rovisco Duarte, na altura Inspetor-Geral do Exército, de forma a que conseguíssemos, no prazo normal do comando de uma Unidade, que ronda entre os 2 e os 3 anos, que essa Unidade fosse, pelo menos, sujeita a uma ação inspetiva, ou a mais.

Portanto, o planeamento das inspeções estava dependente de vários fatores, um dos quais era o de, rapidamente, tentar pôr uma grelha em todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos que fossem mais prementes.

O Inspetor-Geral do Exército, nas suas funções, não sabe de cor o que se passa em cada um dos 132 quadros orgânicos, é difícil.

O que era prática normal do inspetor — e eu fazia-o na sequência do que camaradas antecessores faziam — era acompanhar, no início da inspeção, sempre que possível porque nisto não há certezas e, por vezes, havia coincidências por questões de calendário...

Portanto, eu acompanhava a inspeção à Unidade, havia o *briefing* normal feito pelo comandante da Unidade, as equipas iniciavam o seu trabalho e eu demorava normalmente um dia nas inspeções gerais ordinárias. Isto porque nas operacionais a situação era é diferente, dependia da natureza da inspeção operacional, nomeadamente aquelas que eram destinadas a serem projetadas, e retirava-me.

O chefe de equipa, que era um Sr. Coronel, com os especialistas ou os peritos nas diversas áreas, executava uma série de ações que culminavam, depois, na elaboração de um relatório que me era presente. E eu emitia um parecer que depois levava a despacho ao Sr. General Chefe.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando à questão que coloquei anteriormente, formulo a mesma pergunta: o Sr. General, quando assumiu funções ou mesmo antes, tomou conhecimento da degradação em que se encontravam os Paióis Nacionais de Tancos? Naturalmente que tinha conhecimento da situação de não funcionamento do sistema de videovigilância.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Tinha conhecimento e o escalão superior tinha conhecimento. Tanto é um facto que se dá início a uma inspeção de processos, programas e sistemas sobre todo o sistema de vigilância do Exército — posso procurar o nome exato, mas está expresso no documento que foi distribuído —, que foi despachada, pelo nosso General já como General Chefe.

Em novembro de 2016, em consequência do início desse processo de IPPS aos sistemas de vigilância e controlo, aconteceu uma reunião em que houve uma visita a Tancos. A reunião já não foi no âmbito da Inspeção-Geral do Exército, mas a que foram as entidades responsáveis pela condução de todas as obras respeitantes a este sistema.

Houve também uma diretiva, penso, em dezembro, do General Chefe a determinar uma série de orientações que foram cumpridas e a partir daí começou a desenvolver-se todo esse processo.

Portanto, toda a estrutura, digamos assim, a quem competia decidir, tinha conhecimento de que havia problemas e havia, efetivamente, ações de comando e intenções de, no tempo, penso, que fosse possível, corrigir essas

deficiências, ineficiências, degradações que tivessem ocorrido nos equipamentos, nas infraestruturas, etc.

Os documentos estão publicados e penso que os Srs. Deputados os terão em vosso poder. O que comprova que, efetivamente, havia uma preocupação e uma intenção de resolver ou tentar resolver, ainda que de uma forma faseada, este problema que constituía... E isto não só em relação aos Paióis de Tancos, havia mais infraestruturas com problemas, nomeadamente na área da videovigilância, mas abstenho-me de referir quais são.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Com efeito, temos conhecimento, e tivemos acesso a vários relatórios — dos Paióis Nacionais de Tancos —, de Unidades, reportando estas situações ao Comando das Forças Terrestres, em 2013, em 2014, em 2015, em 2016, a relatar todas essas deficiências, todas essas lacunas para as hierarquias superiores, mas curiosamente, pelos vistos, não mereceu a prioridade da parte dos responsáveis.

Também sabemos que, nos últimos anos, houve vários cortes orçamentais no âmbito da Defesa e até cativações, em 2012, em 2013, no âmbito da reforma 2020.

Sr. General, acha que os investimentos e as despesas no âmbito da Defesa eram prioritariamente orientados para a componente operacional ou para a componente fixa? O investimento era para a componente operacional — missões externas no âmbito da NATO e de outras Forças — e as estruturas físicas, nomeadamente, os Paióis Nacionais de Tancos, eram relegadas para segundo plano? Seria assim efetivamente, tendo em conta os recursos disponíveis existentes no âmbito do Ministério da Defesa?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, nós, os militares, cumprimos as decisões que são tomadas pelo poder

político. É assim que está determinado e é o que fazemos. Se as intervenções no exterior são decididas é para serem cumpridas.

Se vou colocar um homem que seja em risco de vida no desempenho de uma missão operacional — não me esqueço de referir sempre que algumas das missões, aliás, todas, por exemplo, as patrulhas foram sempre patrulhas de combate e algumas com contacto — tenho de dar as melhores condições de treino, de equipamento, de instalações, de armamento, de evacuação sanitária, de tratamento, porque são esses que estão no «fio da navalha», são esses que estão na linha do fogo.

Não gostaria que um filho meu fosse enviado numa missão que não tivesse todas estas condições — o treino, o equipamento, o material, etc. — e eu as tivesse em minha casa. Eu preferia dormir numa tenda do que faltarem a um militar em combate as munições, o equipamento, a bolsa de primeiros socorros, faltar tudo aquilo de que precisa para combater.

A minha obrigação é dar-lhe tudo o que eu possa, nem que tenhamos de apertar o cinto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Não disponho de mais tempo.
Muito obrigado, Sr. General.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito boa tarde, Sr. Major General.

Em nome do CDS, queria saudá-lo e agradecer a sua disponibilidade para prestar esclarecimentos.

Queria começar por pedir que fizesse aqui um tira-teimas. Nós temos documentação escrita que nos diz que não foi feita inspeção ordinária aos

Paióis Nacionais de Tancos nem em 2012, quando foram identificados os problemas de segurança material de guerra, nem em 2016, quando a inspeção que foi feita à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME) de 2016 se circunscreveu a Benavente.

Ontem, o seu sucessor na Inspeção-Geral, General Nunes da Fonseca, disse-nos que teria havido. Ele, pelo menos, lembrava-se de ter ido a Santa Margarida.

Afinal, houve ou não inspeção ordinária aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O Sr. Major General Fonseca lembra-se de ter ido a Santa Margarida e eu também porque eu estava ao lado dele.

Nós éramos ambos coronéis e foi naquele período, ou um pouco antes — isto foi em novembro —, que vários coronéis e várias equipas fizeram inspeções a todas as arrecadações de material de guerra, paióis e paiolins das Unidades. Vimos... São recordações a mais, como devem calcular, tudo de seguida... De qualquer maneira, foi cumprido e nós fomos a Santa Margarida.

Santa Margarida tem uma característica diferente e penso que isso já foi aqui explanado por diversas vezes. É que o paiol de Santa Margarida é da Brigada Mecanizada, não é um paiol regimental porque é de uma Brigada e o escalão é diferente. É um paiol para apoio ao campo. Foi assim concebido inicialmente, embora tenha valências que têm sido aproveitadas até agora.

Não tenho informação de que... Lembro-me de também ter havido, nessa altura, uma equipa que foi a Tancos, mas presumo que foi ao Regimento de Engenharia n.º 1 e que terá visto o paiol ou os paiolins ou arrecadações de material de guerra de Tancos. Daí a ideia de que teriam visto todo o complexo, que são aqueles paióis, mas penso que não terá sido esse o

caso. Terão visto, eventualmente, o que correspondia à missão, que era fazer a inspeção à arrecadação de material de guerra da Unidade e respetivos paióis ou paiolins, se os tivesse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, Sr. General, se foram a Tancos, foram visitar os Paiolins n.ºs 14 e 15 do Regimento de Engenharia n.º 1, que foram, aliás, aqueles que foram assaltados. Quando muito, teriam sido esses, é isso?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Quando muito, teriam sido esses, mas não posso precisar. Já fui a Tancos... Não sei se existe algum paiol mais pequeno no interior do Regimento, não conheço, sinceramente, ou algum paiolim onde, no momento das instruções, se guardem os artefactos que vão ser utilizados. Não posso garantir. Só o comandante é que poderia dar essa informação neste momento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Passando a uma outra questão: foi determinada uma inspeção técnica extraordinária ao Sr. Inspetor-Geral do Exército, pelo Sr. General Rovisco Duarte. Que objetivos e que prazo lhe foram fixados para essa inspeção?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — A determinação dizia que era para fazer uma inspeção de segurança, penso eu, ao Paiol de Tancos e outra a Santa margarida, mas noutra contexto.

Foi efetivamente isso que fizemos: nomeei um Subcoronel, chefe de equipa, que foi com uma equipa normal para fazer essa inspeção de segurança. Tenho ideia de que levava um especialista militar de engenharia, outro de serviço de material, outro do CFT, das operações, e outro do CSMIE (Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército) da segurança.

Foi feita essa inspeção e a intenção era a de sermos o mais rápidos possível. Tivemos de aguardar um pouco, mas já não posso precisar quanto. Isto porque sabíamos que ainda havia a Polícia Judiciária, aliás, já não sei se era a Polícia Judiciária Militar ou a Polícia Judiciária. Não tenho ideia de quem é que estaria, porque nem sequer nos cruzámos nas instalações.

Só fomos aos Paíóis uns dias depois, penso que a 6 de julho, para fazer essa inspeção. E logo que possível, logo que tivemos os dados, que foram trabalhados, foi elaborado um relatório, porque era necessário tirar dali um relatório de segurança. Não nos reportámos só à segurança física, já que tínhamos especialistas em todas as áreas em segurança. Incluímos também áreas mais referentes ao que se chama, comumente, de *safety*, entre outros aspetos.

Produzimos, dentro daquele prazo, um relatório que, penso, abordava os aspetos principais e salientava alguns aspetos que foram detetados naquela altura.

Qualquer um de nós teria sempre de trabalhar para desenvolver o máximo que pudéssemos para criar... Tínhamos a intenção de tentar perceber o que era e também retirar dali informações que nos pudessem auxiliar, depois, também, a melhorar a questão da segurança dos outros paíóis, que também temos, e de outras instalações militares.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Inspetor-Geral, quem é que fixou, então, o prazo de duas semanas ou de 15 dias? Pode dizer-me?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não me recordo de me terem fixado um prazo. Mas, seguramente, enquanto Inspetor-Geral do Exército, a maior parte dos relatórios que têm o meu parecer foram

despachados pelo General Chefe no mesmo dia em que me entregavam o relatório ou no dia a seguir.

Logo que tinha na minha posse um relatório, relatórios de todas as inspeções, não necessariamente desta, logo nesse dia, o Sr. General Chefe despachava os relatórios — sempre que pedi, recebeu-me, salvo uma ou outra exceção em que passou para o dia seguinte.

O nosso General Chefe tinha passado pela Inspeção, por isso tinha essa preocupação e conhecimento. De cada vez que eu solicitava uma audiência para fazer despacho de um relatório, eu nem os acumulava, só excepcionalmente, se o General Chefe estivesse de visita e, por acaso, coincidissem com uma série de relatórios! Era despacho imediato ou no dia seguinte.

Mais, por vezes, quando vinha de inspeções, informava o General Chefe, logo num primeiro relatório, mesmo ao telefone, do que é que tinha encontrado na inspeção. Fazia isso com o meu General Chefe, como era a minha obrigação.

É só isso, não sei o que hei de dizer mais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, conhece o processo de averiguações à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Qual processo de averiguações?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O que foi aberto na sequência do assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Foram abertos três processos de averiguações e também há uns processos de averiguações abertos a militares. Portanto, se o Sr. Deputado puder reformular a pergunta, posso tentar responder, mas assim não consigo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, temos aqui os vários relatórios do processo de averiguações e especifiquei que era o da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que foi, aliás, assinado pelo Sr. Major General Manuel Lopes Nunes Reis.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Conheço!

Risos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Penso que conhece quer o relatório, quer quem o elaborou. Quem é que escolheu os inspetores, já agora?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Os inspetores, neste caso, foram todos Majores Gerais, por determinação do Sr. General Chefe.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Voltando àquilo que foi a inspeção dependente...

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Desculpe lá. Até por outra razão muito simples: sendo os majores gerais dependentes da estrutura de comando de vários OCAD, a estrutura é funcional e, para dar ordem a outro general que não está na linha direta, tem de ir acima e tem de

ser o General Chefe. Mesmo que não quisesse, vamos ver, neste caso, teria de ser, obrigatoriamente, o General Chefe, no meu entendimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perguntei isso porque é evidente que, no parecer do Sr. Major General, são citadas, no fundo quase *ipsis verbis*, algumas das conclusões que foram retiradas por parte do oficial instrutor, o Sr. Major General João Manuel Nunes dos Reis. É assim, não é?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Presumo que ele tenha, nalguns aspetos, uma perspetiva muito igual àquela com que vejo as coisas, mas isso... Formámo-nos na mesma escola, andámos na mesma formação e, portanto, somos capazes de observar muitos aspetos quase com os mesmos olhos, diria eu. Mas o objetivo era diferente.

Há também um aspeto que é importante referir na elaboração desse e de outros processos. Tínhamos de ter cuidado, porque já tinha acontecido também, no caso da Inspeção-Geral, com outros acontecimentos anteriores, e evitar interferir, de algum modo, com outras atividades de investigação que estivessem em curso.

Fui ao terreno só no dia 6, quando tinha a certeza de que já não havia lá ninguém para não... Mas isso limita, ou poderá limitar, de alguma forma, a obtenção de algum tipo de informação que poderia apoiar melhor a decisão ou o parecer sobre determinada situação ou determinado ponto que esteja em análise.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major General, comparando as conclusões de um relatório com as de outro, vejo que há pontos muito coincidentes.

A minha pergunta é: discutiu com o Sr. General Rovisco Duarte, ex-CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), o resultado da inspeção?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não posso precisar todos os termos, mas falámos todos. Penso que houve uma reunião a 12 de julho, ou por essa altura. O assunto de Tancos era sempre conversa.

Aliás, eu ia almoçar ao Estado-Maior do Exército e almoçávamos com o Sr. General Chefe e não havia qualquer reserva em falar de qualquer assunto, porque éramos todos oficiais generais do Exército.

Portanto, o assunto de Tancos e a passagem de informação ultrapassaram muito as reuniões formais e as conversas laterais. É difícil precisar o que foi dito, o que não foi dito, o que foi repetido, por causa destas circunstâncias que não são normais. Para nós, o assunto de Tancos foi muito marcante e, portanto, era perfeitamente normal falarmos, como com muitos assuntos, mas este teve uma amplitude... Aliás, a amplitude é tal que existe uma Comissão!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, disse-me que discutiu o relatório a 12 de julho, com o Sr. General Chefe. O relatório é de 17 de julho. Significa que discutiu o relatório, previamente, com o Sr. General Chefe, antes de o apresentar, é isso?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O que digo, e desculpe se me fiz entender mal, é que discuti sempre todos os assuntos e sempre falei dos assuntos de Tancos.

O relatório foi apresentado, com aquelas conclusões, na data em que foi despachado. Sei que, dia 12 de julho, ou 11 ou 13, por aí, mas estou mais a apontar para 12, tivemos uma reunião, depois de uma série de outros encontros, em que se falou de Tancos. Havia assuntos em cima da mesa a serem falados e, necessariamente, este também foi. Nem sei se, nessa altura,

já teríamos todos os dados recolhidos pelos inspetores, mas havia assuntos que não se podia deixar de discutir com certeza.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perguntei se discutiu com o Sr. General Chefe, mas há outras coisas que gostaria também de perceber.

Como sabe, foram exonerados os comandantes das Unidades e, neste momento, já temos três possíveis versões para as razões dessa exoneração: uma primeira, que nos foi aqui transmitida, segundo a qual o Sr. General Chefe teria dito que se tratava de uma estratégia de comunicação; uma segunda, que foi admitida publicamente, segundo a qual era a preocupação em preservar a investigação; e uma terceira, aquela que foi a apresentada pelo Sr. General Chefe à Comissão de Defesa, segundo a qual havia desleixo dos comandantes e eles eram responsáveis pelo que tinha acontecido em Tancos.

A minha pergunta é: quais das três é que será a mais adequada para justificar a suspensão destes comandantes?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não sei qual foi o critério de decisão do nosso General.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Serão os três?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não sei, não sei. Aliás, eu só tive conhecimento da exoneração pela televisão, portanto, nem sequer...

Aliás, não era lógico que fosse ouvido, porque isso seria um assunto que, em princípio, deveria ser discutido — e foi-o com certeza — entre os

membros do Conselho Superior do Exército, que são nossos Tenentes Generais. Portanto, estou, ou estava, no escalão mais...

Se fosse entendido pelo General Chefe que deveria ser ouvido, com certeza que me chamaria e eu iria.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. Major General é inspetor-geral do Exército. A minha pergunta é, precisando, se destas três razões alguma lhe parece razoável para a exoneração. Acha que os Srs. Comandantes iriam pôr em causa os processos de averiguação?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Acredito que os comandantes... Agora, não sei qual foi a motivação que o Sr. General teve para decidir exonerar e não optar por outra solução. Se foi alguma das três hipóteses que levantou, ou uma quarta, uma quinta ou uma sexta, não faço ideia, porque não falei com o Sr. General Chefe sobre este assunto, nem tinha necessariamente de falar. Embora fosse inspetor-geral do Exército, a minha função era a de avaliar, de controlar, de certificar forças, etc.

A partir do momento em que o Sr. General Chefe tem a informação que considera suficiente para tomar uma decisão... Se ele precisasse de mais e se essa informação pudesse ser suprida por mim, com certeza que me teria telefonado para me chamar ou alguma coisa desse género. Portanto, não posso saber, não posso dizer exatamente qual foi...

Do que conheço do Sr. General Rovisco, não acredito que tenha sido com outra intenção que não a do bem do Exército e do País. Mais não posso acrescentar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, pedi-lhe a sua opinião uma vez que era o inspetor-geral do Exército na altura. Peço-

lhe que me dê a sua opinião e, já agora, que me diga se conhece algum caso em que tal tenha sido feito em alguma inspeção no Exército.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não conheço nenhum caso em que tenha ocorrido uma situação como esta.

A minha opinião é uma opinião.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, já nos foi dito aqui, nomeadamente pelo ex-Comandante das Forças Terrestres, que o simples facto de estes dois oficiais terem sido exonerados temporariamente, teria atrasado o próprio processo de investigação no interior da Unidade, como deveria ter sucedido.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O Sr. General Comandante das Forças Terrestres tinha aquelas Unidades sob a sua direta dependência. Portanto, ele saberá mais do que eu.

Aquelas Unidades não estavam sob a minha dependência e quem faz a investigação é a Polícia Judiciária Militar, portanto em termos da Inspeção-Geral do Exército tendo nós detetado indícios de crime ou de outra coisa qualquer, chamamos quem tem a responsabilidade de averiguar ou de investigar. Não sei a que aspeto, em particular, o Sr. General do Comando das Forças Terrestres se estava a referir pelo que me disse que foi.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Major General estava a referir-se às responsabilidades disciplinares porque nós aqui não estamos a falar de responsabilidades criminais, essas não estão aqui em cima da mesa. Em matéria de responsabilidade disciplinar o facto de eles terem sido exonerados atrasou o próprio apuramento de responsabilidades disciplinares, segundo o antigo Comandante das Forças Terrestres.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, a haver atraso, estou apenas a elaborar sem dados precisos, era só naquele aspeto que se refere à competência estrita do comandante quando assumisse, porque não há vazios de comando, enquanto resistirem dois homens é o mais antigo que manda.

Portanto, o 2.º Comandante elabora os processos, se não houver 2.º Comandante vai pela cadeia de comando abaixo. É essa a lógica de funcionamento. Agora, por razões de inexistência de competência do comandante ou por outro motivo, que não estou a ver, poderá haver, sim...

Como deve calcular, não tenho conhecimento profundo dos factos que aconteceram a seguir. Primeiro, não fazia parte do Conselho Superior do Exército, segundo, as Unidades não estavam na minha cadeia hierárquica, nem tive acesso aos processos de averiguação que me está a referir, aqueles relativamente aos militares em causa, que estavam escalados no dia 27 ou 28.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Major General identifica no ponto 1 do seu parecer a falha da unidade de comando e já aqui nestas audições isto foi contestado dizendo-se que havia unidade de comando na segurança, uma vez que era o Comandante da Brigada de Reação Rápida que tinha esse comando.

Está de acordo com esta afirmação que aqui nos foi transmitida?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — A unidade de comando existia em sentido restrito a nível da força que fazia a segurança, porque de facto era uma seção e todos eram da mesma Unidade.

A Brigada de Reação Rápida tinha uma missão, tanto quanto vejo, de coordenação e depois, no limite, há unidade de comando porque todos

cumprimos para o mesmo objetivo e o último, na linha que está acima, é o General Chefe e, portanto, estamos todos alinhados com...

Agora sobre a unidade de comando temos de falar a nível de escalão. No escalão da secção havia, com certeza, unidade de comando era um sargento da Unidade que destacou a força, tudo bem, não há dúvidas que aí há unidade de comando, agora, as forças eram oriundas de quatro Unidades diferentes.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas eram todas da Brigada de Reação Rápida?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não eram, eram do Comando da Logística.

A unidade de apoio à Brigada, o RI 15 (Regimento de Infantaria n.º 15) e o regimento de praças.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, há aqui uma questão que não deixa de nos intrigar porque são identificadas várias insuficiências em três pontos extensos, que conhece, porque são assinados pelo Sr. Major General. Mas o que se constatou é que, do ponto de vista da atribuição de responsabilidades, não há a atribuição de qualquer responsabilidade, para além dos processos disciplinares abertos na Unidade.

Que explicação é que nos pode dar para isto?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Esta inspeção não era para atribuir responsabilidades. A minha inspeção era para ver as condições de segurança dos paióis nacionais e, portanto, elencar, que foi o que fizemos, as condições que, de algum modo, afetavam ou afetariam a segurança. Aliás, para fazer também um elencar de responsabilidades

teríamos de entrevistar e ouvir quem estava de serviço na altura. Já estavam a ser elaborados processos de averiguação, estava também a Polícia Judiciária, e, portanto, havia que evitar que houvesse aqui um conflito de interesses ou um conflito de competências.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ó Sr. General, não há aqui nenhum conflito se se ativerem apenas àquelas que são as vossas responsabilidades que são as disciplinares e apurar aquilo que não correu bem.

Mas, o que não me parece normal é que tenha apenas sido responsabilizado um cabo, um soldado e um sargento — o oficial de dia foi depois — por aquilo que aconteceu, e nada mais tenha acontecido, depois de terem sido identificadas todas estas falhas, ao longo da hierarquia. Isto é incompreensível porque nem o inspetor-geral, nem os oficiais instrutores nos processos de averiguação retiraram qualquer conclusão nesse sentido e é importante termos uma explicação para que assim tenha sido.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O objetivo desta inspeção técnica extraordinária à segurança eram as condições de segurança, não foi o apuramento de responsabilidades. Provavelmente, depois do desenrolar do processo ou com o culminar do mesmo, há uma probabilidade elevada, penso eu, de que sejam desencadeados também outros processos se forem identificadas responsabilidades ou determinado tipo de ligação entre os intervenientes.

Neste momento, o que posso dizer é que nós, a Inspeção, fomos ao local, observámos as condições do terreno, até as condições de luz, quer de dia, quer de noite, quer no crepúsculo para ter um entendimento da situação. Depois foram elencadas as deficiências, falhas, etc., o que quisermos

chamar, e foi proposto o parecer relativamente às questões de segurança de um paiol desta natureza com os dados que tínhamos na altura.

Uma delas era, penso que está aí e portanto sabe, precisamente ser atribuída a um escalão que fosse considerado, na altura, o mais adequado e a uma Unidade. E, claro, ao ser atribuída a uma Unidade para garantir uma maior unidade de comando naturalmente que depois teria de se refazer o processo de efetuar os planos de segurança, rever todas as NEP que existiam relativamente aos assuntos.

Portanto, era logo retirada uma consequência a partir de um despacho dessa natureza que colocasse apenas uma Unidade responsável e geograficamente o mais próximo possível dos paióis. Não indicámos qual porque isso não está na nossa competência.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major General, o senhor era o inspetor-geral, porque é que não foram mais longe no apuramento das responsabilidades? Pode explicar-me?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — A Inspeção-Geral apoia e certifica forças. Apoia e controla.

Nós fizemos, e fazemos, o que é determinado pelo General Chefe e a determinação que seguiu foi a de fazer esta inspeção. Fizemos a inspeção e houve também outras entidades a fazerem outro tipo de trabalho. Cada um fez o que lhe era cometido e pronto.

Aliás, o assunto era difícil, tinha aspetos de natureza criminal, porque havia ali um crime e, portanto, houve sempre o cuidado, pelo menos da minha parte, de não entrar em questões que pudessem colidir com a área de intervenção ou de investigação. Já disse que fomos no dia 6, não fomos no dia 1, nem no dia 2... Eram situações desse género.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major General, no fundo, aquilo que nos diz agora é que não foi mais longe porque o Sr. General Chefe Rovisco Duarte, na altura, não quis.

Aliás, isso bate certo com uma outra questão que lhe quero colocar: ainda ontem o seu sucessor nos disse que na sequência do incidente da recuperação das armas teria proposto abrir uma averiguação tendo o Sr. General Chefe dito para não o fazer.

Ora, até porque esses factos ocorreram enquanto o Sr. Major General era também inspetor-geral, pergunto-lhe como é que encarou o episódio que sucedeu à entrada do campo militar de Santa Margarida em que a Polícia Judiciária ficou à espera cinco horas. E, já agora, por que é que, quando foram recuperadas as armas, não se procurou também apurar o que é que tinha acontecido para que tal tivesse sucedido à porta de armas?

Tanto mais que quando se vem aqui com a tese da competição entre polícias convém termos presente o seguinte: quem tem competência para a investigação é o Ministério Público. O Ministério Público encarregou a Polícia Judiciária de liderar o processo, não a Polícia Judiciária Militar, o que significa que aquilo que se passou à porta do campo militar de Santa Margarida até poderia indiciar uma insubordinação face ao poder judicial, que tinha competência nesta matéria.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não concordo com a conclusão do Sr. Deputado ao dizer que o Sr. General Chefe não quis. Isto porque poderia sempre ter apresentado uma iniciativa sobre determinada área que entendesse, simplesmente a informação que tínhamos sobre estes assuntos e o trabalho que tinha sido distribuído...

Eu, na altura, não tinha conhecimento do teor dos outros relatórios, nem de outras atividades que, porventura, pudessem estar a ser desenvolvidas. Sabia de algumas, pelo que, havendo polícia no terreno, não

aconselhava a que houvessem mais atividades a desenvolver naquele momento. Portanto, este foi o julgamento face à informação da altura.

O Sr. Deputado questionou-me por que é que a Polícia Judiciária Militar não atuou...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A Polícia Judiciária Militar foi barrada à porta de Santa Margarida.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Eu não sou jurista, mas penso que só se entra numa Unidade militar com um despacho ou um mandado de um juiz.

Não sei o que é que se passou, ainda hoje não sei, sei pela comunicação social, e pelas conversas que tivemos, que estiveram à porta de armas de Santa Margarida e que depois posteriormente foi autorizada a entrada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Daí que fizesse sentido averiguar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já não pode fazer mais perguntas, pelo menos nesta ronda.

Muito obrigado Sr. Major General e Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Segue-se a vez do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo que tem, desde já, a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar o Sr. Major General e agradecer as respostas já dadas.

Para percebermos o enquadramento da sua atividade, queria perguntar-lhe, no âmbito da legislação e dos estatutos dos militares, quais são as competências de um inspetor-geral do Exército. Isto é, no âmbito das suas funções, quais são as suas obrigações, a sua missão? E, já agora, em que datas exerceu o seu mandato?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, como inspetor-geral do Exército, estive de 29 de abril de 2016 a 3 de dezembro de 2017.

Estive, porém, colocado como coronel, na mesma Inspeção de 1 e abril de 2011 a 31 de agosto de 2014. Posteriormente, de 2 de setembro de 2015 a 28 de abril de 2016, fui assessor do General Chefe para o controle e avaliação, mas o meu local de trabalho, por causa desta atribuição, era no Palácio de Vilalva onde fica também a Inspeção-Geral do Exército. Portanto, tinha um contacto diário com a dita Inspeção durante esse período, não tendo funções de inspeção. Era assessor para o controlo e avaliação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esqueceu-se de responder à primeira parte da pergunta, Sr. Major General: quais são as suas atribuições...

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Estou à procura da legislação para lhe responder.

É «fiscalizar o cumprimento das normas legais em vigor e determinações do Chefe do Estado-Maior do Exército», artigo n.º 2052 do Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de junho.

«Avaliar o grau de eficiência e eficácia geral das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, através da realização de atividades inspetivas ordinárias ou extraordinárias que, tendo em conta o seu âmbito e

objetivos, podem ser gerais, técnicas, de processos, de programas e sistemas ou de avaliação operacional».

«Recomendar as medidas consideradas adequadas para a resolução das deficiências detetadas durante a realização das inspeções e acompanhar a sua implementação».

«Avaliar e propor ao Chefe do Estado-Maior do Exército a certificação de todas as forças da componente operacional no sistema de forças, nomeadamente as Unidades e Órgãos a destacar do Exército».

Depois, há uma série de outras coisas, mas basicamente é isto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esta informação é relevante, porque efetivamente percebemos que, nas atribuições do inspetor-geral do Exército, estão missões muito importantes para avaliar a eficácia e a eficiência das Unidades. Portanto, estará sob a alçada de um inspetor-geral do Exército perceber as condições de segurança das instalações militares. É assim ou não?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sim, por essa razão é que há um planeamento de inspeções. E no planeamento para 2017 foram desenvolvidas. Passaram de 20 ou 25 em 2014 para 50 e qualquer coisa, com um ligeiro aumento de efetivos. Houve a acumulação, como referi anteriormente, de ações inspetivas que anteriormente eram executadas pelos outros comandos funcionais. Havia a preocupação de fazer um planeamento para fazer essa fiscalização nas diversas áreas.

Em relação à segurança, mesmo na inspeção ordinária, há uma componente inspetiva. Quando se faz uma inspeção ordinária, ela inclui desde finanças, segurança, alimentação, parte operacional da componente que lá tenha, nomeadamente de treino, instrução, por aí.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Presumo que esse reforço da atividade inspetiva da Inspeção-Geral do Exército tenha sido após o furto. É a isso que se refere?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Em 2015, com a alteração, o reforço da atividade... Com a ação, na altura, do General Rovisco Duarte que foi, depois, Chefe do Estado-Maior, houve em 2015, 2016 uma procura e um esforço de colocar, de se chamar mais coronéis que estavam na reserva para apoiarem e fazerem inspeções. Portanto, multiplicámos uma série de...

Como já disse, a intenção era a de rapidamente todas as Unidades sofrerem, pelo menos, um tipo de inspeção, enquanto estivesse lá um comando. Penso que agora já chegámos a um ponto em que efetivamente a IGE (Inspeção-Geral do Exército) já está a conseguir fazer isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Relativamente aos Paióis Nacionais de Tancos, que auditorias ou atividades inspetivas foram realizadas nos últimos 20 anos? Antes do furto! Depois do furto pouco nos interessa! Pelo menos a mim pouco me interessa.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não tenho esse número, mas, durante a minha missão como inspetor-geral do Exército, expressamente ao Paiol Nacional de Tancos não foi feita nenhuma.

Para além daquela... As IPPS funcionam de maneira diferente. Vão identificar-se pontos em todo o sistema e é sobre esses que incide a avaliação.

No caso dos sistemas de vigilância, isso foi logo identificado como um ponto fraco e isso foi logo introduzido no relatório nessa IPPS. Por isso é que deu origem àquilo de que falei em novembro, à tal reunião, à tal ida ao próprio paiol das entidades que têm responsabilidades.

Isto é, a Inspeção comunica...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Major General, mas essa informação decorre do reporte que é feito pelas Unidades. Atividade inspetiva propriamente dita, por parte da Inspeção-Geral do Exército, à Unidade não houve uma em concreto que, depois, fizesse recomendações? Ou conhece alguma?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Que conheça, não. Eventualmente aquela que referi no início.

Mas, vamos ver, sabíamos da situação e o comando superior sabia da situação em que estava. As entidades que têm competência para resolver o assunto foram ao paiol.

A função da Inspeção, como disse, é comunicar, informar o chefe. As entidades que têm responsabilidades de corrigir e trabalhar foram ao próprio paiol, logo a Inspeção ia dizer menos do que as entidades técnicas que lá estavam. Está a ver, Sr. Deputado? É um bocado...

Foram lá a engenharia, as transmissões, o comandante da UAGME que teve uma reunião no local... Essa informação teria... O que eu teria de comunicar ao General Chefe ele já sabia e os Órgãos que tinham a responsabilidade de executar também conheciam a situação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Major General, sabemos o que foi reportado superiormente. Isso, aliás, tem sido trabalhado até à exaustão por parte de diferentes comandantes de Unidades dizendo que reportaram superiormente. Essa não é a questão.

Mas não podemos desvalorizar o papel da Inspeção-Geral do Exército. Isto é, o facto de outras entidades reportarem e superiormente se conhecer, não significa que não haja uma responsabilidade da Inspeção-Geral do

Exército, porque ela tem efetivamente um papel importante na estrutura e, nessa medida, não pode ser desvalorizado, por quem sabia por outras vias.

Causa-nos estranheza a ausência de uma auditoria ou atividade inspetiva, tendo em conta o que foi reportado.

Sr. Major General, o senhor está na Inspeção-Geral do Exército, se bem percebi, pelo menos, desde abril de 2011, com diferentes funções e cargos. Como é que é possível justificar, tendo em conta toda a sua experiência, que, tendo sido detetados, pelo menos, desde 1998, de uma forma estruturada, sistemática, por escrito, problemas infraestruturais na Unidade dos Paióis Nacionais de Tancos, os mesmos não tenham sido resolvidos?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, o que ouvi nesta Comissão foi uma eventual explicação de porque é que não se teria atuado, nomeadamente por falta de verba e que, a determinado momento, a partir de 2015, 2016, foi decidido alocar um determinado montante para executarem obras planeadas para reestruturar o próprio paiol.

As razões para isso não posso dizer. Não estava nem na linha hierárquica, nem na posição de quem decidiu. Mas penso que se fez perante as informações e os dados que tinham.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Obrigado, Sr. Major General, vamos tentar manter-nos nas questões de facto e não tanto nas especulativas, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem características próprias e os factos é que são determinantes, a especulação é acessória.

A determinada altura da sua intervenção e, até, na resposta que deu ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do CDS, no que diz respeito à questão do âmbito disciplinar, quando foi colocada a questão de como é que se compreende que essa se tenha limitado a um soldado, a um cabo e a um

sargento, salvo erro, e não se tenha ido mais além no apuramento de responsabilidades, gostaria de perguntar se a ação disciplinar que lhe foi assacada, atribuída estava limitada do ponto de vista das patentes.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não tinha atividade disciplinar. Reportava diretamente ao General Chefe do Estado-Maior.

A Inspeção-Geral do Exército... Aliás, antes das reestruturações, há muitos anos, o inspetor-geral do Exército era o terceiro na hierarquia do Exército. Não tinha qualquer limitação nos relatórios ou na informação que produzisse relativamente a determinados assuntos.

Relembro, por exemplo, que as inspeções para os teatros em que poderia haver alguma informação ou outra podia ferir alguns dos OCAD ou ser mais acutilante nalguma observação eram feitas e nunca senti nem da parte dos OCAD, nem da parte do General Chefe qualquer limitação à informação que foi produzida e essas até eram áreas muito sensíveis por causa do treino das forças que vão projetadas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Obrigado, Sr. Major General, é bom que esclareça, porque ficou essa dúvida.

A determinada altura da sua inquirição, foi dito que não foi mais longe porque não queria interferir com a investigação criminal em curso, nomeadamente da Polícia Judiciária e da Polícia Judiciária Militar. Mas isso não implicou a recolha de informação suficiente para, depois, se averiguar e se fazer o apuramento de responsabilidades disciplinares relativamente a um soldado, a um cabo e a um sargento.

Sr. Major General, ficamos estupefactos quando acontece o que acontece e, do ponto de vista do apuramento das responsabilidades disciplinares e também do ponto de vista político-militar, nos limitamos a

este patamar. Parece-nos que a ideia que passa é que, havendo uma, duas ou três estrelas no ombro, se fica impune relativamente ao que aconteceu, quando o que se impunha era um apuramento cabal e a assunção de responsabilidades.

Queria insistir nesta questão. A determinada altura disse que era para não interferir com a investigação criminal. Como é que isto se coaduna com esta perplexidade?

Era a última pergunta que tinha para lhe fazer.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Tínhamos de ter cuidado, ou, pelo menos, eu tinha o cuidado, no desenvolvimento da atividade, de não entrar em áreas que pudessem afetar a investigação ou de não ser considerado como eu estando a imiscuir-me em áreas de investigação.

Já expliquei, não fui lá quando estavam os elementos da polícia, seja ela qual for. Não tenho competência disciplinar sobre as entidades. O que reporto são as situações. Não sou jurista, mas, de qualquer maneira, havia aspetos que foram focados nos relatórios, neste ou noutros, que foram produzidos e que, depois, o escalão superior teria de entender, relativamente aos casos ou situações citados, que consequências poderiam ser retiradas daí.

Estão comunicadas naquele relatório as situações de deficiências e de problemas que foram detetados e, a partir daí, estão os factos expressos. Como disse, esta inspeção técnica foi às condições de segurança do paiol.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado referiu que não pretendia continuar no uso da palavra, pelo que se segue, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e o Sr. Major General Nunes dos Reis — creio que, neste caso, é importante que se diga o nome próprio pelas razões óbvias — e agradeço-lhe em nome do Grupo Parlamentar do PSD por estar aqui.

Requeremos, aliás, esta audição porque entendemos que era muito importante ouvir o inspetor-geral do Exército, para perceber o que é que nos podia dizer não apenas sobre os documentos elaborados mas sobre toda a situação relacionada com a questão de Tancos.

Quero apenas fazer-lhe um muito breve enquadramento. Já vamos com algum tempo de audição, portanto, já muitas coisas foram perguntadas. Tentando não me repetir, queria explicar-lhe que não estamos aqui a procurar culpados ou numa lógica de caça às bruxas. Queremos, de facto, tentar perceber para depois fazermos o apuramento das responsabilidades políticas, que é o objetivo desta Comissão.

O Sr. Deputado Jorge Machado, do Partido Comunista Português, agora mesmo antes de mim, perguntou-lhe sobre a questão da missão, sobre aquelas que eram as competências da Inspeção-Geral do Exército, sendo importante percebermos como é que funciona. Vamos assumir que quem quer perceber isto não está por dentro da forma de funcionamento e, portanto, as perguntas que lhe vou tentar fazer são para que nos ajude a perceber da forma mais clara e o menos técnica possível, se é que lhe posso pedir isto.

Tenho uma pergunta para lhe fazer, confesso, desde a primeira ronda. Perguntaram-lhe relativamente à Polícia Judiciária Militar. Respondeu que achava que fazia falta e não lhe perguntaram porquê. Quero saber porquê. Já que fez uma afirmação tão perentória, quero saber por que é que foi tão perentório a afirmar que faz falta.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Há situações de cultura organizacional em que é muito difícil entrar. Para além disso, há um

aspecto muito importante: se projetar uma força para o Afeganistão, para a República Centro-Africana, em Bambari, como está agora, e houver algum acontecimento, quem é que vai lá?

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Creio que é exatamente pela razão que terá levado à pergunta que motivou essa resposta. Era importante, para nós, percebermos isso também, porque há, de facto, alegações de que houve este ou aquele atrito entre a PJ e a PJM, portanto, tinha de fazer-lhe esta pergunta e ainda bem que a fiz.

O queria perguntar-lhe e pedir-lhe para nos explicar era o seguinte: como é que funciona do ponto de vista das inspeções? Há dois tipos de inspeções macro. Umas são aquelas que até referiu, que foram aumentadas, e, depois, neste caso, houve uma inspeção técnica extraordinária. Que tipo de inspeções há e o que é que as motiva?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O próprio decreto regulamentar estabelece quais são os tipos. Há uma inspeção geral, digamos, que é ordinária por ser planeada. Há inspeções técnicas. Há, nomeadamente, inspeções de segurança no trabalho, de processo, de sistema, por exemplo, o sistema de instrução de tiro. Portanto, tem de se lá ir ver, partir aquilo... Há inspeção ao sistema da saúde operacional ou de apoio de reabastecimento, ou uma coisa qualquer que seja... Portanto, um sistema só para tentar identificar...

Depois, temos as extraordinárias. Ah! E temos as operacionais que aqui podemos, se quiser, dividir em dois subgrupos: um é a atividade normal de inspecionar qual é a capacidade operacional de uma determinada Unidade e outras, essas muito mais exigentes e que motivaram algumas alterações na própria inspeção, e que são feitas às forças que vão ser projetadas para os teatros ou que são atribuídas à NATO ou o que seja.

É assim que funcionam. Normalmente, o que existe, como disse, é um planeamento que começa a ser feito pelo chefe de gabinete e pelos órgãos de *staff* da inspeção, que também não são muitos, que vão buscar uma série de informação relativamente a inspeções que foram feitas, nomeadamente pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional, as que foram feitas mais recentemente — estamos a falar de muito perto de 2015 — e pelas inspeções funcionais, isto é, pelo Comando das Forças Terrestres, o Comando da Logística, etc.

Portanto, tenta-se fechar a rede para, depois, planear um conjunto de inspeções para tentar abarcar, como disse, o maior número de Unidades e de situações possíveis.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — No seguimento do assalto a Tancos, foi...

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Desculpe, só para esclarecer.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — O planeamento das ordinárias é presente a despacho ao General Chefe.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Neste caso, justamente de forma inversa, no seguimento do assalto a Tancos, foi-lhe solicitada uma inspeção técnica extraordinária aos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Correto.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quando assume as funções, ou mesmo quando lhe é solicitada esta inspeção extraordinária, recebe as informações relacionadas com as inspeções ordinárias que tivessem acontecido. Já falámos das que aconteceram e não aconteceram. Já nos deu nota de que houve, pelo menos, aquela tal que foi referida pelo CDS. Já nos disse se tinha acontecido ou se não tinha acontecido. Tem essas informações?

Fazendo-lhe outra pergunta, e já iremos às suas conclusões relacionadas com esta inspeção técnica extraordinária: quando recebe as conclusões de uma inspeção ordinária, o que é que acontece às conclusões que daí decorrem?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Elaboro um parecer e levo, ou melhor, levava a despacho ao nosso chefe. Posteriormente, podem acontecer várias situações: nomeadamente, pode-se fazer ou uma inspeção de seguimento, se for necessário, ou, então, uma visita de apoio técnico.

Fazemos a inspeção e o relatório vai para o contraditório, para a Unidade, e, por vezes, antes de ser presente a despacho — embora o contraditório vá sempre, ou ia sempre, a acompanhar o próprio relatório da inspeção —, algumas das deficiências são sanadas, quando é possível saná-las, pela própria Unidade. Por vezes, nomeadamente em relação a higiene e saúde no trabalho, quando acontecem, às vezes, pormenores, ou porque mudou a legislação, etc., a Unidade diz «Já instalei a torneira de segurança na não sei quantos» e, se for assim, vai a resposta a acompanhar o relatório e vai a despacho.

Seguidamente, ou faz-se, como disse, uma visita de apoio técnico, ou, então, se for considerado oportuno, faz-se outra inspeção, mas para todo o tipo de inspeção. Aconteceu, por exemplo, essa situação com uma nova inspeção no caso dos Comandos que iam para a RCA.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Vamos imaginar, por hipótese, que, na inspeção ordinária, na última que tinha sido feita relativamente aos Paióis Nacionais de Tancos, algumas das conclusões tinham sido semelhantes àquelas conclusões que o Sr. General incluiu nesta inspeção técnica extraordinária. Isso significaria que as conclusões foram ao CEME e não aconteceu nada em relação a isso.

Mas o Sr. General teria tido conhecimento disso quando assumiu as funções de inspetor?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Quando se assume as funções de inspetor, em qualquer Unidade, é norma recebermos todos um *briefing*. Por exemplo, há inspeções que têm 1500 perguntas e quesitos. Nalguns casos, é possível, mas, neste caso, para informar o nosso chefe e a estrutura superior, não era preciso a inspeção porque havia os relatórios.

A função da Inspeção é a de apoiar o nosso chefe, com todas as deficiências ou falta de meios que a inspeção possa ter. De qualquer maneira, o objetivo é fornecer informação sobre o que se passa, que é para o General Chefe poder decidir com melhor informação ou com a informação disponível.

Isto era conhecido. A própria Logística sabia exatamente das situações, até pelos engenheiros que lá foram.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que me quer dizer com isso é que, ainda que tenha havido conclusões semelhantes, a função era informar o General Chefe e, a partir daí, independentemente de já haver um relatório prévio que até tivesse as mesmas conclusões, ele seguiu aquilo que devia ter seguido.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Fazemos um relatório com um parecer. No próprio relatório, se há situações que se mantêm, está lá referido que se mantêm. Podemos fazer, ou não, ou propor fazer inspeções e intervenções de seguimento, ou, pura e simplesmente, enviar uma visita de apoio técnico. Especificamente é só uma área, por exemplo, pode ser só o dar formação.

Vamos a uma Unidade e verificamos que a parte pedagógica não está a funcionar muito bem, ou assim, e segue imediatamente, ou quando for entendido, numa próxima incorporação, um pedido para ir lá uma equipa ou uma visita de apoio técnico de instrução ou de direção de saúde se foi detetado algum problema com a alimentação, com as cozinhas, ou com o que seja. Os casos são múltiplos.

No entanto, é muito difícil, dada a dispersão do Exército, saber exatamente de todas as Unidades o que é um pormenor. Normalmente, procura-se fazer uma triagem e apresentar de uma forma mais sintética. Por isso é que os relatórios têm anexos. Mas, mesmo assim, por vezes, os relatórios têm algum volume.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Tratando-se da segurança física dos Paióis Nacionais de Tancos, parece que não seria assim um caso para se perder essa informação, por muito dispersa que ela seja, mas enfim...

Para não perdermos mais tempo, queria perguntar-lhe agora relativamente a esta inspeção técnica extraordinária e às conclusões que tirou.

Foi levantada a questão relacionada com os militares que foram exonerados e se podia ter averiguado por que é que, enfim, se foi mais longe ou menos longe. Aquilo que nos disse foi que a inspeção tinha a ver com a segurança física, mas temos a indicação de que a missão que tinha era sobre

as causas que levaram à ocorrência de um furto. É lato o suficiente para que pudesse incluir estas questões mais relacionadas com os próprios militares?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Refiro-me, no relatório, ao que diz respeito à parte da missão da inspeção extraordinária de segurança e das causas que levaram à ocorrência de um furto. A pergunta é se não podia ser entendido...

Aliás, depois, temos um processo de averiguações específico relacionado com a segurança física, um de três, mas, no relatório, a indicação que temos da missão é «uma inspeção extraordinária de segurança para as causas que levaram à ocorrência de um furto naquelas instalações».

A minha pergunta é esta: isso é lato o suficiente para poder ser entendido, na medida em que diz respeito, também, aos militares?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não, porque o entendimento foi o de inspecionar as condições físicas, etc., que permitiram a ocorrência desse...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas é um entendimento...

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — É que, aos militares, já tinham sido levantados processos de averiguações pelo comandante, por quem tem competência disciplinar. Quem tinha competência disciplinar sobre os militares a exercer a função, neste caso, era o comandante do Regimento de Engenharia. A inspeção não poderia levantar um processo disciplinar.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, a questão é a própria forma de funcionamento, que ditava, no caso do Exército, que só os comandantes é que poderiam levantar essa competência disciplinar.

Ou seja, o que quero perguntar é: quando aqui se delimita a missão, esta opção por não haver apreciação do comportamento dos militares não é... Ninguém lhe disse que tinha de ser dessa maneira, a limitação à missão é por força daquilo que diz o regulamento ou pela forma de funcionamento do Exército, é isso?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não digo que é limitação à missão, é cumprimento da missão que foi estabelecida. O entendimento do que nós fazemos... Primeiro, quem tem competência disciplinar e pode julgar, na cadeia hierárquica... Portanto, os militares envolvidos nesta situação não podiam ser, de modo algum... Pelo menos no nosso entendimento, o processo disciplinar não podia ser feito, até porque já estava a decorrer, na entidade competente, que era o Regimento de Engenharia. Portanto, essa parte fica já afastada. E também não acontece pela própria estrutura e funcionamento do Exército.

Estamos a falar, agora, por exemplo, de casos como os de louvores, e é a mesma coisa: o comandante de uma Unidade não pode louvar o soldado de outra Unidade. Se quiser, faz a proposta e segue a via hierárquica para que isso aconteça.

Não sei se respondi a tudo?

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mais ou menos. Sr. General, então explique-me melhor, no que diz respeito, por exemplo, à exoneração/suspensão dos cinco comandantes, a decisão foi tomada pelo CEME, agora ex-CEME.

Para quem, eventualmente, olhe para esta missão, que lhe foi acometida, a si, e às causas que levaram à ocorrência de um furto — sendo certo que, ainda para mais, aquilo que sabemos, do argumentário utilizado para essa exoneração/ suspensão, foi que obstaculizavam a estas averiguações —, fica a crer que, até, no meu entendimento, teria sido uma sugestão do Sr. Inspetor, que era quem tinha essa competência, justamente, de averiguar as causas relacionadas com este incidente.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Estava a avaliar relativamente às questões de segurança, não às questões disciplinares.

Qual o entendimento...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas o que é certo, aquilo que foi dito, é que estavam a ser exonerados/suspensos, por obstaculizarem as averiguações; tanto assim é que foram reintegrados depois de 15 dias.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Mas, essa pergunta não poderá ser respondida por mim...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Tenho de fazê-la a outra pessoa.

Risos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

Certo, muito bem.

Queria, relativamente ao relatório, perguntar-lhe o seguinte, para tentarmos perceber: primeiro, foi determinada esta inspeção extraordinária de segurança aos Paíóis Nacionais de Tancos e ao Campo Militar de Santa

Margarida. É isto que consta do documento. Mas, neste documento, apenas temos a inspeção relacionada com os Paióis Nacionais de Tancos. Porquê?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Foram... Eram duas Unidades independentes. Normalmente, fazemos um processo sobre aquela Unidade, até porque há documentações específicas, que é para o comandante daquela Unidade.

Vamos desligar agora da questão de Tancos, para generalizar. Portanto, se formos a Tancos fazer uma inspeção, há o Regimento de Paraquedistas, há a Engenharia, etc.. Faz-se o relatório para cada uma das entidades, porque depois, não só as recomendações só se aplicam àquela Unidade — às vezes pode haver documentações repetidas, mas não terão, necessariamente, de ser coincidentes —, como também o conhecimento, a informação só passa para quem deve.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Fui eu que me expliquei mal. A pergunta é se foi necessária rapidez extra para a questão dos Paióis Nacionais de Tancos e, portanto, este relatório só diz respeito aos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não, é que, ao mesmo tempo, foi feito um relatório...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Estava a ser elaborado ao mesmo tempo?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não, não. Foi apresentado. Foram apresentados relatórios. Aliás, já disse aqui — não sei, foi assim que percebi — que quando foi desencadeada a ida a Tancos, a

seguir, no dia 6, da Inspeção, fomos a Tancos e fomos a Santa Margarida. E estivemos também, de dia e de noite, nas duas situações, e, portanto, elaborámos...

Mas é evidente que a nossa preocupação em fazer o relatório — penso que até devem ter sido os dois apresentados no mesmo dia, etc. — foi... Quer dizer, o de Tancos era mais premente, em termos da preocupação em tentar perceber e até identificar o que é que, eventualmente, poderia ter sucedido, que tivesse contribuído para a situação, questões tão simples como a iluminação, ou similar, por exemplo.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Vou tentar juntar aqui algumas questões, porque o meu tempo está a chegar ao fim, mas pergunto ainda sobre duas coisas. A primeira tem a ver com as conclusões que adota.

Faz aqui um realce das conclusões e recomendações do relatório, que tem que ver com esta questão da unidade de comando. Queria perceber — e o Sr. Presidente já me está a dizer que tenho de acabar —, maioritariamente, se, e o próprio relatório diz, e isto também se vê nos processos de averiguações, nomeadamente no que diz respeito à segurança física, o que dali se conclui é que nada deve acontecer para além disso, a expressão é: «sem procedimentos subsequentes». O que queria perceber é, havendo um conjunto de conclusões e recomendações que são levantadas, se é normal, depois disso, dizer-se «sem procedimentos subsequentes».

O senhor, aqui no despacho do ex-CEME, no próprio dia 17, portanto, no dia deste relatório — e vou terminar, Sr. Presidente —, já diz «face à decisão de esvaziar os paióis». Queria perceber se esta decisão foi tomada antes? Não devia haver um espaço maior entre estas conclusões e recomendações e a decisão para retirar o armamento dos Paióis Nacionais de Tancos?

E, para terminar, quero saber se isso nos leva a crer que esta decisão é mais técnica ou mais política, porque parece que já estava tomada previamente e não decorria das conclusões e recomendações.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não são raras as situações em que se está a desenrolar uma inspeção ou a ser elaborado um relatório e já estão a aplicar-se recomendações, no mesmo momento.

Dou o exemplo da inspeção da videovigilância, em que o relatório foi produzido em maio e foi despachado a 7 de junho e, entretanto, das informações e das recomendações que foram recolhidas e faladas, deu origem à própria diretiva do General Chefe sobre isso, ou contribuiu para a diretiva, em 2016.

É normal que se perceba que o inspetor, se está a fazer uma inspeção e vê alguma situação que deva ser corrigida, diga imediatamente e não esteja à espera de fazer todo o processo, de escrever, etc. Pode dizer: «olhe, atenção aí, isso é perigoso» ou «contactem com a Direção de Formação por causa deste aspeto ou outro...».

É perfeitamente normal isso ocorrer numa inspeção.

Neste caso concreto, não sei quando é que foi, exatamente, tomada a decisão. Falava-se era das modalidades. Uma das modalidades de ação que estaria em cima da mesa e a razão pela qual ela foi tomada assim, quer dizer... O comando é solitário.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, a decisão foi do ex-CEME...

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não sei se a decisão foi do ex-CEME, não estava...

Quando tomou a decisão, eu não estava na cabeça do nosso General Chefe e presumo que tenham sido razões suficientemente ponderosas e com informações que, ao seu nível, são superiores às que eu tenho.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não, não...

Eu não estava no momento da decisão, e não posso saber o que é que levou a conduzir àquele... Portanto, é especular dizer que se vai para a esquerda, se vai para baixo ou vai para cima... quer dizer, porque é que ele saltou, porque é que abriu aos 1000 m e não abriu aos 2000 m? Não sei, porque quis abrir aos 1000...

O Sr. **Presidente**: — Sr. General, obrigado pelas respostas. Obrigado à Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes por quase se ter contido no tempo que lhe estava atribuído.

E, agora, para encerrar esta primeira ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Diogo Leão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos mesmos termos.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Major General Nunes dos Reis, por parte do Grupo Parlamentar do PS agradeço-lhe por se propor a esclarecer esta Comissão Parlamentar. Creio que os resultados serão dignos e importantes para as Forças Armadas, para o Exército e também para a democracia. É para isso que cá estamos e agradeço, então, a colaboração que aqui nos presta.

Uma primeira questão, decorrente de outras que já lhe foram colocadas, e a fim de poder obter algum esclarecimento adicional — e,

principalmente, poder confirmar se foi isto que, de facto, aconteceu e se foi isto que, de facto, ouvi —, pareceu-nos ouvi-lo dizer que não existiu, antes da ocorrência do furto, nenhuma inspeção especificamente aos Paióis Nacionais de Tancos, mesmo sabendo-se da degradação das instalações e outras falhas sensíveis de segurança. Confirma? Pode esclarecer se é verdade? E, se sim, pode dizer-nos porque é que não houve uma inspeção aos Paióis Nacionais de Tancos antes da ocorrência do furto?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não tenho ideia, pelo menos no meu período, de que tenha ocorrido.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — De não ter?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não tenho ideia de ter ocorrido, da forma como está a ser feito.

Tenho ideia daquela inspeção a todas as arrecadações de materiais de guerra, e aos paióis e paiolins, e de que se pode ter ido a Tancos, mas não sei se foram, exatamente. Ou, pelo menos, não sei se foi da mesma forma como estamos a olhar para uma inspeção como foi feita agora.

Também já referi que o processo de planeamento é de um ano para o outro e que estamos em execução, o que não impede de fazermos uma inspeção extraordinária, mas tem de haver um motivo para fazer essa inspeção extraordinária.

O que é que iríamos trazer, em termos de informação, de novo, às entidades que vão, depois, atuar ou que têm a capacidade de executar as correções?

Um exemplo: se, apesar daquela reunião, no próprio local, em Tancos, que tinha os especialistas todos, com competências nas diferentes áreas, se fizesse uma inspeção, iriam pedir-se aos mesmos especialistas que estiveram

lá para emitir... Ou menos ainda, porque ali, ainda por cima, havia uma componente técnica muito profunda.

É que, quando a Inspeção começa a entrar em áreas muito técnicas, tem de se recorrer, como é evidente, a elementos técnicos. E, neste caso concreto, o do paiol de Tancos, houve, de facto, uma reunião a 26 de setembro — ou de novembro, ou o que seja —, no próprio local e com os responsáveis diretos sobre o paiol, com capacidade, como digo, de execução.

Quer dizer... Nós não íamos informar muito mais, podíamos apanhar um pormenor ou outro daquilo que era reportado nos relatórios. Portanto, digo eu, se tivéssemos enviado alguém, seria para fazer um relatório que seria semelhante aos que teriam sido apresentados, sabendo, ainda, que havia um processo de decisão, para corrigir — ou procurar corrigir —, as deficiências que foram encontradas. Quer dizer...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Mas o Sr. General não acha que, em virtude da missão da Inspeção-Geral do Exército, do peso que tem na própria instituição, podia ter sido útil, para ajudar, enfim, a acelerar um processo que sei que não dependeria do Sr. General, mas que era um processo que já estaria em curso, e para corrigir algumas destas falhas. Enfim, é uma constatação da verdade e os poderes inspetivos que têm são um reforço dessa mesma constatação.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Há aqui dois aspetos que têm de se considerar.

O primeiro é o nível da ameaça, que é a perspectiva da ameaça. Durante 30 anos, ou nos últimos 10 anos, os paióis não tinham sofrido ou não havia notícia alguma sobre acontecimentos desta natureza.

Ao mesmo tempo, por exemplo, estávamos preocupados com a deslocalização das oficinas que estavam em Belém para a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, o que, portanto, tinha de se fazer.

E a preocupação, neste caso, era criar condições para que tudo o que fosse deslocalizado de Belém também encontrasse espaço e funcionasse, no que se refere a materiais, armamentos, etc. E houve essa preocupação.

Portanto, há uma questão, que é do planejamento e há uma questão de prioridades e que tem a ver, também, com a perspectiva da ameaça e do que é que já foi feito sobre as restantes Unidades. Isto porque também havia Unidades que já não eram inspecionadas... Podiam não ter aquela criticidade, é verdade, mas também não eram inspecionadas. E desta sabia-se quais eram os problemas. Nós sabíamos que a vedação estava degradada, havia relatórios. Os problemas dos Paióis eram conhecidos.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Mas na inspeção técnica extraordinária que fez com uma equipa de especialistas, que naturalmente lhe estava subordinada, identificou mais problemas do que meramente o da vedação ou de alguma degradação. Isto é, dá também sugestões de organização do próprio dispositivo, da própria organização de segurança e afins — mas já lá iremos.

Sobre a inspeção técnica extraordinária que o Sr. Major General conduziu — e vou dedicar-me principalmente ao documento em si —, ela tinha dois pontos, claramente identificados na sua missão, que eram: em primeiro lugar, facultar ao Sr. General CEME elementos que permitissem elucidar sobre as causas que levaram à ocorrência de um furto naquelas instalações; e, em segundo lugar, apresentar um conjunto de recomendações que mitigassem o risco de nova ocorrência.

O Sr. Major General assume que este era o objetivo da inspeção que levou a cabo?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Não sei de cor o teor da determinação que foi feita, mas encaixa no que foi produzido.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sente-se, portanto, responsável por parte da informação que chegou ao Sr. General CEME?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Claro.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Com base na leitura dos antecedentes da inspeção que realizou, constata-se que o Comandante da Escola Prática de Engenharia (EPE), no relatório de posse de comando de 31 de outubro de 2005, ao mesmo tempo que reclama da falta de pessoal para a segurança dos paióis por nunca se ter colocado um pelotão designado para o efeito para as funções de segurança às instalações, obrigando ao empenho de outros militares desta mesma Escola, acrescenta também, e cito, que «o sistema eletrónico de vigilância instalado nos paióis é antigo, ineficaz e sujeito a avarias constantes, justificando-se amplamente a sua substituição».

Do somatório de ambas as situações, isto é, destas avaliações sobre o sistema eletrónico de vigilância e sobre os efetivos que tem de empenhar na segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, o comandante da Escola Prática de Engenharia afirma que «a realidade atual constitui, portanto, uma vulnerabilidade que urge eliminar» — isto, em 2005.

Sr. Major General, sobre a falta de pessoal dedicado em exclusivo a funções de segurança, o qual era, até aí, fornecido pelo efetivo da Escola Prática, vemos que o comandante sugere inclusivamente que as responsabilidades de segurança sejam repartidas por outras Unidades estacionadas no Polígono de Tancos, sugestão essa que, *mutatis mutandis*, vai ser a adotada em 2007, isto é, que é precursora do sistema de *roulement*

das diversas Unidades que vão passar a fornecer militares para executar a segurança em Tancos, e que contribuirá, juntamente com o facto de a missão de segurança ser atribuída à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, para a identificação de uma falha da unidade de comando, que o Sr. General afirma no seu relatório.

Nesse sentido, e porque nas conclusões da inspeção técnica extraordinária se constatou a existência de falha da unidade de comando, perguntava ao Sr. Major General que razões o levam a concordar com esta conclusão e em que medida pode ter contribuído para que o furto acontecesse.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Já tive oportunidade de explicar que a unidade de comando tem também a ver com o escalão que estamos a observar.

Há unidade de comando a nível do escalão da secção, mas, no meu entendimento, não há unidade de comando nos escalões intermédios, embora esteja depois tudo subordinado à cadeia hierárquica até ao general chefe.

A questão que me colocou era se o pessoal... Importa-se de repetir?

O Sr. **Diogo Leão (PS)**: — Enfim, fiz uma caracterização com base no que vem nos antecedentes da inspeção técnica extraordinária, mas não coloquei qualquer questão em relação ao pessoal em concreto.

Perguntei-lhe, no entanto, se entende que a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos deveria estar cometida integralmente apenas a uma Unidade, de escalão adequado e geograficamente localizada na proximidade dos Paióis Nacionais de Tancos, e que, se esse modelo estivesse em vigor e não o modelo de partilha de responsabilidades por Unidades diversas, a situação não teria chegado ao ponto a que chegou.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr. Deputado, concordo. O meu parecer aqui é que deveria ser só uma Unidade. Agora, também posso afirmar que não há nada neste País que seja inexpugnável.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Como?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Inexpugnável. É só uma questão de meios, tempo e vontade e de saber o que estamos dispostos a sacrificar.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Perguntava-lhe ainda, Sr. Major General, sobre uma sugestão curiosa que consta dos antecedentes que o Sr. Major General elenca na inspeção técnica extraordinária. O comandante da EPE, em 2005, sugere ainda o uso de cães-de-guarda como reforço aos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Major General sabe ou conseguiu apurar se alguma vez foi contemplada essa sugestão do comandante da Escola Prática de Engenharia? E acha que poderia ter sido uma medida interessante, uma medida eficaz? E, já agora, pergunto se é usada ou se pondera usar-se em outras situações de guarda a paióis e a munições.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Penso que isso tem a ver com a aplicação prática. É que um binómio em qualquer Unidade faz diferença na segurança — até nas operações no exterior. De facto, até noutro tipo de situações pode ser uma grande ajuda e faz falta. E neste caso da segurança das instalações etc., com certeza.

Só que também há outros problemas associados com os canídeos, desde o processo de treino à sustentação. O uso de um canídeo, *grosso modo*

(não sou especialista), obriga também a ter um homem. Quando falamos de um binómio é um homem e um cão. Portanto, não é só largar o cão...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Também nos antecedentes que o Sr. Major General refere na sua inspeção, menciona, na alínea *m*), a existência de uma diretiva já de 2014, uma diretiva do Comando das Forças Terrestres, que determina, e cito, que «o Regimento de Engenharia n.º 1 garante em exclusivo a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos».

Perguntava ao Sr. Major General se esta situação alguma vez se verificou na realidade, se não é um dado contraditório com a realidade e com aquilo que se verificava desde 2007, que determinava que a Brigada de Reação Rápida (BrigRR), a Brigada Mecanizada, facultasse o efetivo de um sargento, um cabo e seis soldados para a segurança dos paióis, sendo este, aliás, o sistema que vigorava aquando do furto, em 2017.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Isso tem a ver com a falta de pessoal. Há a intenção de colocar no quadro orgânico ou de atribuir essa missão à Unidade e com certeza que não há efetivo para conseguir responder.

Portanto, devido à carga a que são sujeitos os militares, a opção foi, penso eu, ponderadas as vantagens e desvantagens, a de continuarem as Unidades a contribuir, cada uma, durante um mês, para a segurança dos paióis. Embora eu tenha, de facto, ouvido esse comentário.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Major General, sei que não é da sua competência direta, mas como refere isto na sua inspeção, a verdade é que o Comando das Forças Terrestres, que é o autor desta diretiva, em 2014, vem, a 5 de agosto de 2016, concluir que o Regimento de Engenharia n.º 1 não

tem efetivos suficientes. Enfim, há aqui um *gap*, um salto de dois anos de constatação da realidade. Não é relativamente contraditório.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Se não foi executada essa diretiva é porque havia limitações, e eu só posso ver limitações de pessoal. Sinceramente, não há outras razões, porque toda a lógica aponta para que seria preferível que fosse uma força de uma única Unidade.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Na sua inspeção, o Sr. Major General identifica uma «potencial fragilidade» — a expressão não é minha, é assumida pelo Sr. Major General — «geradora de desequilíbrios na qualidade do serviço de segurança prestado aos Paióis». E diz que essa potencial fragilidade tem a ver com a heterogeneidade da formação dos militares e a falta de formação específica dos militares para funções de segurança.

Dá inclusivamente o exemplo da formação, de alguns serem paraquedistas, de outros serem de engenharia, e propõe que exista uma formação específica para militares que prestem serviço em infraestruturas como os Paióis Nacionais de Tancos e outras infraestruturas sensíveis e que exigem uma missão de segurança específica.

Confirma que era, de facto, assim em Tancos e que há instâncias em que esse facto pode ser uma fragilidade? E sabe se esta recomendação está a ser atendida atualmente?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — A heterogeneidade, neste caso, no meu entendimento, era mais uma desvantagem do que uma vantagem. Pode haver situações em que seja uma vantagem. Por exemplo, nós temos pessoal de engenharia e se for sapador e

o problema for um incêndio, em princípio, esse estaria mais apto a reagir. É que, neste momento, nós estamos a falar de segurança física relativamente à questão da intrusão, mas a segurança não se esgota na intrusão.

Portanto, há situações em que isto até poderia ter funcionado a favor. Mas penso que é melhor prática que seja de uma só Unidade, com um comandante que é atribuído — o qual, no próprio local, conhece os homens, sabe as deficiências deles e pode dar-lhes uma determinada formação, até diferenciada —, do que ser de forças de Regimentos diferentes, com competências e capacidades também diferentes. Acho que isso é lógico.

Por outro lado, também acho que, em algumas situações, essa melhor prática poderá obrigar a ter uma formação mais particular. Por exemplo, no caso, e isto para não estarmos sempre na questão da intrusão, do combate a incêndios, etc. E temos desenvolvido esse tipo de formação para alguns militares.

Agora não sei exatamente quem é que está colocado nos Paióis Nacionais de Tancos. Sei que, por exemplo, em Santa Margarida, há muitos militares da Polícia do Exército, que têm uma formação que se adequa até a alguns casos que não seria necessário, porque eles também têm outras funções que ali não vão exercer, como, por exemplo, a de reguladores de trânsito, pois ali não vão regular trânsito algum.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Uma última questão tem a ver com o seguinte: o Sr. Major General refere também que, atendendo à escassez de efetivos e ao elevado número de serviços que os militares responsáveis pela segurança em Tancos tinham de realizar, aquele trabalho era encarado ou podia ser encarado por alguns militares como um serviço bastante rotineiro, como um serviço muito pesado e, cito, «com um sentimento de um serviço punitivo e não de um serviço de elevada importância e responsabilidade».

No entanto, o dispositivo, que era de um sargento, um cabo e seis praças, isto é, de oito militares, com responsabilidade de segurança nos Paióis, era considerado pelos comandos operacionais, pela Brigada de Reação Rápida e por outras instâncias, como adequado. Alguns camaradas seus têm vindo aqui justamente confirmar que era adequado, atendendo ao nível de segurança, atendendo ao nível de ameaça a que esta infraestrutura estava sujeita.

O Sr. Major General concorda ou discorda destes seus camaradas? Acha, e até pelas conclusões robustas e relativamente devastadoras que faz sobre um conjunto de falhas concretas que existiam no terreno — o que é considerado até bastante factual —, que devia ter sido reforçada esta estrutura e este dispositivo de segurança?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Convém lembrar que, quando esta Inspeção vem ao terreno, a perspectiva já é diferente, completamente diferente. Isto é como nós chegarmos a casa às 10 horas da noite e nos dizerem que assaltaram a casa! Nessa altura, já entramos de uma forma diferente. Portanto, mesmo fazendo um esforço, os inspetores que estiveram lá foi numa altura em que a ameaça já se concretizou.

Relativamente a saber se o efetivo é suficiente, depende também do treino, da formação e de quem comanda, porque não estamos a prever, por exemplo, um ataque de 40 pessoas ao paiol. Mas 10 homens, na República Centro-Africana, entraram em contacto com 40, na companhia que esteve projetada.

Portanto, daria mais descanso a um comandante ter mais efetivo. Também deve ajustar-se a tipologia das rondas e os procedimentos das rondas ao terreno, à situação, à preparação dos homens, etc. E isso é algo que é natural fazer-se em qualquer tipo de operação.

Se me dissesse 10 homens, melhor; se me dissesse 16 homens, melhor ainda; mais um binómio, mais um cão ali, com certeza que dava mais jeito.

O que é certo é que até ao dia 27 ou 28, face ao nível de ameaça, conseguiu corresponder. Se o comandante gostaria de ter mais, isso aí... Penso que não há nenhum que diga que não gostaria.

O Sr. **Presidente**: — Seguir-se-á a segunda ronda. Os Deputados situados à minha esquerda já me sinalizaram que não pretendem usar dessa faculdade, pelo que, em primeiro lugar, terá a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, dado que a ordem se mantém.

Nesta ronda, os Deputados dispõem de 5 minutos, após o que o Sr. General terá a amabilidade de responder, também em conjunto

Faça favor, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, queria agradecer todos os esclarecimentos que prestou até agora, mas há aqui alguns pontos que vão motivar esta minha intervenção.

Confesso que há alguns pontos que não consigo compreender. O Sr. General disse-nos aqui que a função da Inspeção-Geral do Exército é apoiar o General Chefe e disse também que não tinha limitações nos seus relatórios, mas quem define a missão da Inspeção é o Sr. General Rovisco Duarte. Quem decidiu o que era para fazer foi o Sr. General Rovisco Duarte.

Ora, aquilo que foi definido foi apurar as causas que levaram à ocorrência do furto e fazer as devidas recomendações. No relatório do Sr. Major General o que nos é dito é que há falha da unidade de comando, falhas, insuficiências e deficiências no plano de segurança, chegando a dizer que não se observou nenhum questionar ou proposta de reavaliação do plano de segurança.

Depois, fala em falhas, insuficiências e deficiências relativamente a infraestruturas, material, armamento e equipamento e, depois, em recomendações, destaca apenas que «a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos deve ser integralmente cometida a uma Unidade de escalão adequado, geograficamente localizada na proximidade.»

Não há nenhuma recomendação quanto àquilo que hoje sabemos que foi flagrante, que foi a falha da missão de segurança, especificamente do Regimento de Engenharia n.º 1; não foi feita nenhuma recomendação quanto ao facto de não ter havido nenhum questionar por nenhum comandante relativamente ao que sucedeu; não foi recomendada a elaboração de qualquer averiguação aos escalões superiores da hierarquia militar na sequência de falhas que, na realidade, são identificadas como falhas que têm uma natureza sistémica — no fundo, é isso que resulta do relatório —, e não se propõe qualquer medida corretiva disto mesmo.

Portanto, com toda franqueza, depois de nos dizer que o relatório que iria apresentar a 17 de julho foi discutido previamente com o Sr. General Rovisco Duarte a 12 de julho, gostávamos de perceber, afinal, qual é a função do Inspetor-Geral.

Se é averiguar, nomeadamente, o cumprimento da legalidade, por exemplo, não conseguimos perceber. Foi noticiado o que sucedeu à porta do Campo Militar de Santa Margarida com a Polícia Judiciária e o Sr. General não sentiu que fosse seu dever, como militar e como inspetor-geral, na sequência dessa notícia, averiguar a verdade desses factos, averiguar o que sucedeu?

Falou com o Sr. General Rovisco Duarte sobre o sucedido? Propôs-lhe ou perguntou-lhe se queria que averiguasse o que tinha ocorrido, a propósito dessa notícia?

É que, Sr. Major General, o seu sucessor disse-nos aqui, ontem, que, quando foi noticiado o encobrimento que teria sido realizado, teria proposto

ou perguntado ao Sr. General Rovisco Duarte se deveria abrir um processo para averiguar o que tinha sucedido e que foi o Sr. General Rovisco Duarte que lhe deu instruções para que não fizesse.

Portanto, gostaria que me explicasse, quando há a ocorrência destes factos, por que é que a Inspeção Geral do Exército parece tolhida naquilo que seria a sua função enquanto inspeção, no sentido de propor ou recomendar ao Sr. General Chefe medidas relativamente àquilo que conseguiu averiguar na inspeção e por que é que não tomou a iniciativa relativamente a factos que foram noticiados e que sabemos, como, aliás, o Sr. General disse aqui, motivaram esta mesma Comissão de Inquérito?

Aí, se calhar, a primeira responsabilidade seria do Exército, para averiguar, até porque, como sabe pelo título desta Comissão de Inquérito, estamos aqui a averiguar as causas do sucedido em Tancos e, também, do encobrimento e as responsabilidades políticas relativamente ao sucedido.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar a segunda ronda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral, do PSD, nos mesmos termos.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. General, agora que tenho a oportunidade de o fazer e agradeço-lhe bastante as respostas que trouxe a esta Comissão de Inquérito, que mais uma vez queria enquadrar, pois não se trata de um Comissão com vista a apurar responsabilidades disciplinares ou criminais mas apenas responsabilidades políticas.

Se insistimos aqui em algumas questões é precisamente para perceber qual foi a responsabilidade dos decisores políticos em todo este processo.

É verdade que algumas dessas responsabilidades já foram assumidas. O Sr. General Rovisco Duarte, como responsável máximo, operacional mas também político, do Exército já pediu a exoneração, o Ministro também, mas

a verdade é que há aqui ainda algumas questões que não estão devidamente explicadas.

Esta já não é a primeira inquirição, já fizemos variadíssimas. Já ouvimos os responsáveis diretos pelas Unidades, já ouvimos o Chefe das Forças Terrestres, que nos trouxe aqui, de facto, um conjunto de questões e depoimentos interessantes. Ouvimos também o General Jerónimo. Com tudo isso, temos de concluir que, de facto, contrariamente àquilo que é habitual no Exército, houve aqui alguma interferência e alguma intervenção «abusiva» dos responsáveis políticos naquilo que era a atuação operacional do Exército.

O General Jerónimo foi muito claro: a interferência relativamente à sua atuação no Colégio Militar levou à sua demissão. Depois, o General Menezes referiu concretamente que tinha havido uma gestão político-militar desastrosa de todo este processo e o General Serafino também o considerou, levando-nos a concluir que teria efetivamente havido interferência da tutela, sobretudo na questão dos cinco comandantes.

Por que é que refiro isto? Refiro-o porque não posso deixar de estranhar que um processo de inspeção, mesmo técnica e extraordinária, tenha sido feito em 15 dias. E também não posso deixar de estranhar que três processos de averiguações tenham sido concluídos em 15 dias.

Assim, sou levada a concluir que havia má consciência, havia consciência pesada relativamente à exoneração dos cinco comandantes, já que não foi dito que era temporária, depois é que se tornou temporária.

A verdade é que não era a vontade das chefias militares chegar àquele ponto de fazer uma exoneração, mesmo que temporária, de cinco comandantes. Portanto, havia que resolver rapidamente a sua readmissão, trazendo-os de novo para as suas Unidades, ou para outras, conforme eles entendessem, enfim, trazê-los rapidamente para o serviço. E isso teve

consequências nesses militares, nas suas famílias, e dentro do ambiente do Exército em geral.

Esta é a primeira constatação.

A segunda constatação, Sr. General, é que a IGE (Inspeção-Geral do Exército) chega a 12 conclusões e faz 46 recomendações. Nenhuma delas é para encerrar Tancos. E a verdade é que, quando apresenta as conclusões ao General CEME, a decisão de encerrar ou de esvaziar Tancos já estava tomada. Foi tomada no dia 12 de julho de 2017.

O que se conclui é que, de facto, puseram a «carroça à frente dos bois», decidiram esvaziar Tancos, decidiram exonerar coronéis, decidiram várias questões com a única finalidade: estancar aquilo que era a proliferação de notícias na comunicação social relativamente a Tancos e fizeram-no seguramente com orientações políticas. Ninguém faz isto, nenhum CEME faz isso de modo próprio e numa decisão solitária, por muito que ele o assuma. Até compreendo que assumo, faz parte da ética militar, mas a verdade é que ninguém compreenderia que isso fosse assim. Portanto, esta era a outra conclusão a que eu queria chegar.

A pergunta que lhe quero fazer é como é que o Sr. General, que apresenta todas estas conclusões e recomendações, que em simultâneo tem três processos de averiguações, todos eles com conclusões e nenhum deles fala no esvaziamento de Tancos, se sentiu. Ou seja, pergunto se não sentiu que este trabalho tinha sido perfeitamente inútil porque nenhuma das conclusões era aplicável ou praticável face ao esvaziamento de Tancos e face à transferência de todo o material militar para os outros países.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Major General, queira ter a amabilidade de responder às questões que lhe colocaram os Srs. Deputados.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Quanto às primeiras questões colocadas pelo Sr. Deputado António Carlos Monteiro, queria dizer que o nosso General Chefe, seja ele qual for, não determina exatamente o que fazer em termos de pormenor, atribui uma missão. Depois, o processo passa por aquilo a que chamamos «estabelecer a missão», isto é, definir as tarefas que são essenciais ou mais importantes face à interpretação da missão e, depois, como a cumprir de acordo.

Portanto, não é caso de dizer que o nosso General disse «fecha a porta» ou «abre a porta». Ele atribuiu uma missão e nós, a partir daí, vamos estabelecê-la no sentido da intenção do comandante e elaborar e executar as tarefas que forem consideradas importantes para o cumprimento da missão.

O relatório não foi apresentado no dia 12. O assunto foi discutido nessa reunião de dia 12, como outros assuntos; a toda a hora ele era falado entre nós.

O que posso dizer é que, quanto à entrega dos relatórios ao nosso General Chefe, não lhe levei os relatórios já feitos ou os *drafts* dos relatórios de todas as inspeções. Agora, conversas sobre a inspeção tínhamos quando nos encontrávamos, até com outros camaradas. É que havia ali situações em que não se tratava de violar nenhum segredo porque estávamos dentro do problema. Tinha havido um assalto e alguns tinham até ido, depois, fazer a própria inspeção ao local e podíamos comentar ou falar sobre um determinado aspeto ou outro.

O Sr. Deputado apresentou aqui o que consta do meu parecer, mas em primeiro lugar diz-se: «concordo com as conclusões/recomendações deste relatório». Isto quer dizer que também corroboro as recomendações que estão aqui atrás e que o coronel inspetor e a sua equipa produziram e, portanto, não ficamos restringidos a isso.

Relativamente à pergunta sobre questionar qualquer comandante por não ter proposto a reavaliação do plano de segurança, esta é uma questão de

iniciativa, ou não, de um comandante. Normalmente, um comandante recebe uma ordem e cumpre o melhor que pode. Se ele bem entender, poderá colocar alguma questão ou apontar algum pormenor, etc. Eles já faziam relatórios de comando.

Coloco isto, porque é um facto que não detetei, não vi que algum comandante, alguma vez, tivesse equacionado o plano de segurança em vigor e demais NEP que o apoiam. Isto relativamente à situação de degradação sucessiva, mas não quer dizer que fosse obrigatório que os comandantes, que contribuía com homens, o fizessem. A responsabilidade sobre a manutenção é do comandante da Unidade.

Relato o facto — porque é um facto — que a equipa não conseguiu encontrar nenhum documento em que houvesse um questionar sobre se era ajustado ou não este plano.

Sobre a questão da Polícia Judiciária em Santa Margarida, já aqui informei que é norma — penso que é norma, pois é uma parte legal — que só podem entrar nas instalações militares com mandatos judiciais. Portanto, o problema foi resolvido. A haver ilícito disciplinar, era a cadeia de comando que devia atuar. Por essa razão, é que não foi averiguado por nós.

Houve outras situações, em que questionei o General Chefe — até para outras situações fora deste processo, como foi dito ontem pelo Sr. Major General Fonseca — se deveria avançar ou não. E outras, de que não estava à espera, e recebi ordem direta para avançar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas quais?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Quais outras situações? Sem ser esta?

Dou-lhe o exemplo de quando se dá a situação de, pelas normas da ONU, alguns militares, que estavam indiciados por crime, não poderem ir para a República Centro-Africana. Na altura em que se discutiu a execução da CREVAL ou não, opinei em como se deveria executar a CREVAL (*combat readiness evaluation*) e, mais, depois desta avaliação que foi muito complicada, porque havia membros das equipas que iam ser retirados, propor ou sugerir que continuasse, de acordo, também — isto não foi só conversa... A decisão, até, nem me competia... Pela razão de os elementos que foram substituídos pesarem e desequilibrarem, ou poderem desequilibrar, em termos de execução, a força de manobra, opinei que continuassem no território nacional para fazerem esse afinamento e só irem posteriormente.

Portanto, essas são questões que acho que são muito mais preocupantes por terem nível de execução operacional do que a questão de por ordem de quem ou não é que o comandante da guarda não deixou entrar a Polícia Judiciária, porque o canal de comando respetivo teria de saber se houve ilícitos ou não.

Há situações em que, efetivamente — não posso descrever, porque algumas também não é necessário chegarem ao General Chefe para tomar decisões —, foram pedidas orientações ou propostas para executar missões a Unidades ou o que seja.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Relacionadas com Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Relacionadas com Tancos? Esta da PJ, não foi.

Não sei se respondi a todas as perguntas que tinha feito.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, sobre a inspeção em 15 dias, já referi que todos nós queríamos tentar avançar o mais depressa possível sobre o relatório

e portanto... Aliás, nem é uma pergunta, a Sr.^a Deputada é que diz, nos comentários, que deveria haver uma «má consciência». Acho que não posso opinar sobre...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não é da sua parte!

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Nem sequer concordo com...

Nenhuma das recomendações era esvaziada: Mas, no momento em que estamos a fazer a inspeção, está tudo em aberto. Havia obras que estavam planeadas e até foram executadas. Portanto, eu, pelo menos, não tinha como um facto que seria para encerrar e esvaziar o paiol. É uma modalidade de ação que podia ser exequível nas condições em que estamos e foi. Conseguiu distribuir-se o material por alguma razão.

O trabalho não foi inútil. Gostaríamos de qualquer coisa que viesse a ser concretizado. Nós trabalhámos, neste caso concreto, com dois paióis que são diferentes, até, no terreno: um em terreno plano e o outro tem uma linha de água no meio, é cavado, há comandamento de um superior, de um lado pode visionar-se o outro local, a iluminação também é diferente, as zonas de aproximação e os itinerários de infiltração, etc. também são diversos. Mas o que observámos num também permite olhar de maneira diferente para o outro e vice-versa.

Este choque e o termos pontos de apoio e de referência em relação ao que sucedeu ali, supostamente, por aquela infiltração, por aquele corte da rede, etc. — não sei se foi ou não, mas espero que venha a ser apurado — todo este trabalho não é inútil. No mínimo, serve como treino, porque olhámos para aquilo como se fôssemos amanhã observar outra instalação com os problemas que detetámos, as questões com que nos defrontámos. Por exemplo, fala-se da desmatação, é verdade, mas há algumas áreas em que a

desmatação é feita por razões de incêndio, mas, por outro lado, convém-nos que, em determinadas posições, fiquemos ocultados do outro lado.

São questões interessantes, não vale a pena discuti-las. São questões de pormenor técnico que, depois, quando vamos para outro terreno, para outra situação, o problema até pode ser exatamente o inverso. Não lhe posso acrescentar mais nada, a não ser que...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Só queria saber se não tinha sido uma frustração.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Já respondeu.

O Sr. Maj. Gen. **Manuel Lopes Nunes dos Reis**: — Trabalhamos sempre! Um sentinela quando passa uma noite, no outro dia diz: «O que é que eu fiz aqui? Não aconteceu nada!» Mas está lá! Ou deve estar.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Presumo que não haja terceira ronda, pois foi o que ficou acordado com todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Agradeço ao Sr. Major General. Manuel Lopes Nunes dos Reis todos os esclarecimentos prestados a instâncias das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Gostaria apenas de recordar que a nossa próxima reunião será na terça-feira, às 18 horas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 34 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.